

Festa da noiva?

Conflito, gênero e parentesco numa etnografia sobre a organização de casamentos

Michele Escoura
Doutora em Ciências Sociais
Professora Adjunta da Universidade Federal do Pará (UFPA)
micheleescoura@gmail.com¹

Resumo: *Em 2015, quando esta pesquisa se iniciou, o mercado de festas de casamentos faturou R\$ 17 bilhões no Brasil e, nesse cenário, é comum profissionais repetirem que o casamento é a "festa da noiva". Entretanto, a partir da análise de materiais de pesquisa de campo em São Paulo (SP) e Belém (PA) mostro, neste artigo, que a direção e o controle do casamento não são necessariamente privilégios femininos. Nesta pesquisa, meu objetivo central foi compreender a forma como relações são mobilizadas, forjadas e rompidas no processo de organização de festas de casamento. A despeito da ocasião se pretender um instante de celebração de novas alianças, na discussão coloco ênfase no caráter antagonístico das relações. E olhando para aquilo que seria pressuposto como a antítese do momento de comunhão festiva, os conflitos, evidencio o quanto fazer a festa, entretanto, era estar em estado de guerra. Textualmente, em um primeiro momento problematizo as dinâmicas entre noivas e noivos buscando desestabilizar convenções de gênero implicadas na composição de tais eventos. Nesse movimento, tensiono os limites da noção de "indivíduo" pressuposta pelas interações comerciais e abro a primeira camada de análise sobre o casamento enquanto um espaço-temporal de inevitável relacionalidade. Em seguida, mostro como há muitos outros personagens, além dos noivos, disputando poder de mando e seus lugares como donos da festa, numa dinâmica em que as hierarquias familiares são negociadas frente à hierarquia da própria celebração. E se as brigas pela definição do grupo anfitrião evidenciam que o casamento está longe de ser a "festa da noiva", acompanhando especialmente a batalha em torno da lista de convidados e o manejo prático das relações de parentesco nela implicada, argumento como o casamento se estabelece como uma festa de família e que produz, pelos conflitos, a própria família.*

Palavras-chave: *Etnografia; Casamentos; Conflito; Relacionalidade.*

Abstract: *In 2015, when this research began, the market for wedding receptions received R\$ 17 billion in Brazil and, in this scenario, it is common for professionals to repeat that marriage is the "bride's party." However, from the analysis of fieldwork research materials in São Paulo (SP) and Belém (PA) I show in this article that the direction and control of wedding are not necessarily female privileges. In this research, my main goal was to understand how relationships are mobilized, forged and broken in the planning of weddings. In spite of the occasion intends itself an instant of celebration of new alliances, in the discussion I emphasize the antagonistic character of the relations. And looking at what would be presupposed as the antithesis of the moment of communion, the conflicts, I could see how much to make the party, however, was to be in a state of war. Initially, I problematize the dynamics between brides and grooms seeking to des-*

¹ Professora no curso de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas sobre Marcadores Sociais da Diferença (NUMAS/USP).

-tabilize gender conventions implied in the composition of such events. In this movement I stress the limits of the notion of "individual" presupposed by commercial interactions and open the first layer of analysis about marriage as a space-time of inevitable relatedness. And then I show how there are many other characters besides the bride and groom, disputing power of command and their places as owners of the party, in a dynamic in which family hierarchies are negotiated in front of the hierarchy of the celebration itself. And besides the quarrels over the definition of the host group show that wedding is far from being the "bride's party," especially following the battles surrounding the guest list and the practical management of kinship relationships, I argue that wedding is a family party and that produces, through conflicts, the family itself.

Key-words: *Ethnography; Weddings; Conflict; Relatedness.*

Introdução

“Eu falo 'meu casamento', como se ele fosse somente meu. Penso muito no 'meu', na 'minha festa', no que eu quero, o que eu quero ter, no que eu não quero pôr, no que eu gosto, no que eu não gosto... e foda-se o noivo”, dizia Helena completando ainda com uma risada. O episódio ocorria em 2015, mesmo ano em que o mercado especializado em eventos e cerimônias movimentava cerca de R\$ 17 bilhões no Brasil e eu iniciava esta pesquisa, que teve por objetivo compreender as relações mobilizadas durante a organização de festas de casamento. Desde lá, acompanhando a preparação de eventos orçados entre R\$ 20 mil a 300 mil tanto na capital paulista como em Belém (PA), no trabalho de campo percorri diferentes lojas de vestidos de noivas e, dali, somei noivas e noivos à minha rede interestadual de interlocutores. Na tese de doutorado derivada dessa investigação (ESCOURA, 2019a) apresentei uma etnografia sobre as relações e tensões entre vestidos, noivas, anfitriões e convidados durante o processo de organização de casamentos. Dividido em duas costuras analíticas, o texto foi fruto de um experimento antropológico que apostou nos conflitos como caminho de investigação sobre as relações e cada capítulo perseguiu um conjunto específico de disputas: o embate entre preços e valores dos vestidos na concorrência do mercado; as fronteiras morais e corporais na produção material da noiva; as expectativas e as dívidas cobradas em retribuições dos convidados e, finalmente, as brigas entre anfitriões na batalha pelo comando da festa e dos limites da família – tema que trago aqui neste ensaio.

Dos dados de campo mostro que embora muita noiva diga que o casamento é seu, tem noivo que também quer “brilhar” usando a linguagem do “direito” para demandar uma “igualdade” na organização dos eventos e mostrando que há muitos outros anfitriões em jogo nesse cenário. As narrativas masculinas vão surgindo e desestabilizando a ideia do noivo abnegado, tão repetida nas interações produzidas pelo mercado. Dessa discussão, problematizo os limites da noção de “indivíduo” pressuposta pelas interações comerciais e abro a primeira camada de análise sobre o casamento enquanto um espaço-temporal de inevitável relacionalidade.

Depois, mães, pais e irmãos vão aparecendo no texto enquanto vão disputando o processo de decisão sobre o evento, numa dinâmica em que parece que ninguém quer ficar de fora do comando da festa. Definições sobre as comidas, as músicas, os detalhes da decoração e os trajes especiais são alvos de constantes embates e desacordos. Pois ter “direito” sobre a escolha dos detalhes da celebração significa também se confirmar como parte do grupo anfitrião.

Mas no centro das disputas, a definição final de quem entra ou não na lista de convidados se torna a principal batalha travada pelos anfitriões: uma “guerra” onde o controle sobre a lista de convidados significa, no limite, controlar a festa e a própria definição da família. E, assim, saindo dos territórios do mercado em que prevalece a máxima de que “a noiva manda”, dialogo

²Para a discussão sobre a constituição do valor da noiva em correlação ao valor do vestido em diferentes estratégias de produção de distinção entre interlocutoras e agentes do mercado, ver ESCOURA, 2019b.

com perspectivas contemporâneas dos estudos de parentesco para evidenciar outras formas pelas quais o casamento pode ser visto não apenas como uma festa de família, mas o momento que se produz, na prática e pelos conflitos, a própria família.

Sob os tetos do mercado, a festa é da noiva

A certeza com a qual Helena afirmava que o casamento era seu e “foda-se o noivo” não era uma postura de exceção. Em Belém, o noivo de Maria também não teve muito espaço de escolha e por mais que “Por ele a gente fazia um churrascão”, como dizia a noiva, o que prevaleceu mesmo foi o “sonho” dela de ter um “casamento-casamento”, um “casamento mesmo”, que desse conta de realizar seu “sonho”. E continuou: “Eu sempre fui muito apaixonada por isso... Por exemplo, eu sempre quis minha festa de 15 anos e não tive. Então tinha aquela coisa comigo do vestido, aquela coisa de princesa, sempre tive isso, acredita?”, se divertia ao apontar para a conexão de sua história também com meu tema anterior de pesquisa – justamente a correlação entre contornos de feminilidade e as princesas da Disney (ESCOURA, 2012) a partir do olhar de crianças pequenas.

Em São Mateus, na periferia leste de São Paulo, Gabriela também achava que como o “sonho” de se casar era seu, ao namorado cabia apenas seguir as orientações que ela mesma tinha pra dar. Aos desejos dele de fazer um “churrascão” na rua onde cresceu e compartilhar esse momento com todos os vizinhos do bairro, a noiva ficava indignada: “Nunca! Nunca! Oi? Já que eu vou casar, eu quero casar direito! Vou casar no meio da rua? Pra vir a favela inteira? Claro que não!”. Dura, ela dizia que, quanto ao casamento, Eduardo nem “palpitava”. O noivo ficou desconfortável ao ouvir a acusação e, quando tentou ponderar dizendo que “palpite” pelo menos ele dava, ela não abriu brecha: “mas a palavra final é minha!”, disse encerrando a discussão. A autoridade da “palavra final” parecia ser inquestionavelmente da noiva – ao menos era o que elas queriam, e que o mercado especializado em casamentos sinalizava.

Cristina Teixeira Marins foi pioneira em trazer para uma perspectiva antropológica o recente fenômeno de euforia em torno das festas de casamento. No seu mestrado, que deu origem ao livro “Quando o céu é o limite” (MARINS, 2016), a autora acompanhou o trabalho de “cerimonialistas” e, no doutorado (MARINS, 2018), analisou os circuitos de consagração de “fotógrafos de casamento”, mapeando o modo como reputações e prestígios são profissionalmente disputados e produzidos. Suas pesquisas foram as primeiras a explorar as alterações nas dinâmicas comerciais em torno das festas de casamento e destacar o impacto de uma especialização no mercado a partir dos anos 2000.

Ao lado das cifras bilionárias que se somavam a cada ano nas últimas duas décadas, Marins evidencia como o setor expandiu-se ao mesmo tempo em que se especializou, ora criando novas atividades, ora segmentando nichos entre diferentes categorias profissionais. E, além disso, com a autora vemos como agora não só há trabalhadoras e trabalhadores especializados em produzir um evento como esse, como, ainda, parece se tornar cada vez mais difícil organizar tal ocasião sem interagir diretamente com o mercado especializado.

Tal fenômeno de transformação conjunta entre os contextos de interações comerciais e os formatos na produção das celebrações de casamentos se tornou, depois, uma questão central na etnografia de doutorado de Érika Meneses Pinho (2017). Com um amplo e detalhado mapeamento sobre o setor especializado em casamentos, sua pesquisa mostra como as versões contemporâneas de celebrações tem promovido uma “reinvenção das tradições relacionadas a esse rito” (PINHO, 2017, p. 24) e consolidado uma nova dimensão sobre o que deve ser a própria festa. Sob mediação profissional, ela argumenta, um casamento de agora é feito para ser um espetáculo. E embora seja composto pela soma de um momento cerimonial com um banquete festivo na presença de uma noiva em traje branco, tal como já era realizado segundo os padrões

“tradicionais” (PINHO, 2017: 22), hoje um casamento é composto a partir de uma gama cada vez maior de produtos e serviços assumidos como “necessários” e pensados para torna-lo um entretenimento. Sob o formato de um “casamento-espetáculo”, a tendência assumida entre anfitriões e profissionais do mercado é de que as celebrações atuais devem ser feitas para serem uma experiência única e incomparável.

Pela linguagem do espetáculo, a condução de um casamento é pensada em termos de “sucesso” ou “fracasso”. E sua esperada “pompa” é também medida pela qualidade e quantidade das “atrações” oferecidas aos convidados: diversidade de bebidas, sofisticação das comidas, beleza da decoração, prestígio dos DJs ou bandas contratadas e até mesmo inovações de presentes entregues como “mimos” aos participantes devem pesar na avaliação. Tudo, claro, mediado e confirmado pela reputação de seus fornecedores – tal como Marins (2016, 2018) havia adiantado.

E dentre as questões que tem sido levantadas sobre esse novo panorama na realização de casamentos no Brasil, tanto a pesquisa de Marins (2016) como a de Pinho (2017) ressaltam a centralidade feminina no processo de composição do evento. Embora haja uma ampla presença masculina como fornecedores de determinados produtos ou serviços – dentre os quais os profissionais de fotografia acompanhados por Marins (2018), os bartenders atuantes nas feiras ou os estilistas que foram centrais em minha tese (ESCOURA, 2019a) – o mercado de casamentos não deixa dúvidas sobre seu objetivo e capacidade de atingir clientes bem específicos: as mulheres.

Nas lojas de aluguel de trajes de festa onde realizei o trabalho de campo, cartazes indicavam que era “proibida a entrada de homens” em seus ambientes e nas feiras especializadas o cenário cor-de-rosa confirmava a centralidade feminina no setor. O mercado deixava claro quem eram suas clientes preferenciais e as noivas se divertiam com o consumo de bens jocosos que colocavam os noivos em posições de humilhação: tais como camisetas estampadas com os dizeres “game over” do inglês “fim de jogo”, topos de bolos com noivos acorrentados (Figura 1) ou até mesmo com representações de homens arrastando-se aos pés das noivas entregando-lhes seus cartões bancários (Figura 2).



FIGURA 1: Topo de bolo com noivo acorrentado. (Imagem de divulgação de uma artesã em seu portfólio virtual. Fonte: <http://priscilianavaldi.blogspot.com.br/2016/05/topo-de-bolo-noivo-acorrentado.html> acesso em 25 fev.2019)



FIGURA 2: Camiseta distribuída às convidadas de um chá de panela. (Fonte: acervo da pesquisa, São Paulo, 2015)

Em incansável frenesi, são elas que dão a cara da multidão de frequentadores das feiras especializadas do setor, assim como é ao redor delas que os profissionais se mobilizam para garantir o sucesso de seus negócios. Na hora de consumir, às noivas é reservada a liberdade de parecer “louca”, pois tudo se supõe permitido ao garantir a realização de “seu sonho”.

Propagandeada e vendida pelo mercado como a “festa da noiva”, o casamento exerce certo fascínio entre muitas mulheres que o elegem como “sonho” particular e encontram nele uma oportunidade pretensamente única de brilhar. Ao que se espera, é para a noiva que estarão apontados os focos de luzes dos espelhos das lojas e das lentes das câmeras. É para a noiva que as atenções são mobilizadas, é ela quem dispõe de um carro exclusivo para a chegada bem como de uma tolerância consentida para atrasos. Em sua chegada, clarinetes tocam e uma marcha é entoada. E é somente para ela que as portas de uma igreja são fechadas, antes de serem então reabertas ao som daqueles clarinetes e da marcha, aumentando a surpresa na revelação de sua figura cintilante e causando comoção na plateia de convidados.

Nesse cenário, como mostro mais aprofundadamente em outros excertos da tese e da pesquisa, não é sem razão que a escolha do vestido da noiva seja alvo de tanto engajamento, investimento e discussão. Independentemente de seu preço no mercado, um vestido tem que ser um artigo de luxo, pois é ele que faz a noiva, que é quem faz o casamento. Tanto porque é ela a pessoa pelo mercado prevista como cliente em contratação dos produtos e serviços para tais ocasiões, como, também, porque em casamentos heterossexuais, como os que acompanhei nesta pesquisa, a noiva é a sua principal figura relacional. Salões de festas, decorações, músicas, comidas e trajes de gala podem compor as mais diversas ocasiões, desde formaturas a festas de debutantes, premiações ou bodas de ouro. Mas quando tais elementos aparecem ao lado do par relacional vestido-noiva, uma festa qualquer inescapavelmente se torna um casamento. Um casamento é uma festa à parte e a noiva é seu principal elemento de distinção. Dada sua centralidade, a nenhuma outra mulher adulta é permitido o uso da cor branca, pois para todos e em todo instante, é preciso estar evidente aquela que ocupa o posto mais alto na hierarquia do evento. E nesse cenário de intensa atuação comercial, o pressuposto é de que “a noiva manda”.

Noiva, noivo e a inevitável relação

No entanto, a figura do noivo abnegado frente à sina risível definitivamente não era o lugar que Jonas queria ocupar. “Mas ninguém vai me ver? Eu queria que todo mundo lá me visse entrando”, reivindicou ele à sua noiva, enquanto preparávamos a ordem do cortejo do casamento que aconteceria em São Mateus, na periferia de São Paulo. O noivo estava inconformado. Não achava justo ele percorrer toda a igreja antes dos vinte casais de padrinhos e, portanto, deixar de ser visto por aqueles que ele mesmo tinha escolhido como convidados mais importantes do evento.

“Não são os padrinhos que tem que receber o noivo?” argumentou enquanto confrontava o protocolo da igreja e tentava atribuir algum sentido cerimonial à sua demanda. A noiva negava. Argumentava o contrário, destacando a importância de ele estar à espera dos padrinhos no altar e confirmava a importância de se cumprir as expectativas também da família. O debate se estendeu por uma tarde e só se encerrou quando a noiva finalmente cedeu à sua proposta: ao final, ele também seria visto. Reconhecido pelos amigos e parentes como um “noivo envolvido”, na semana seguinte ao nosso encontro ele pôde finalmente cruzar a igreja diante o olhar dos quarenta padrinhos e madrinhas. De braços dados com sua mãe, exibiu aos convidados o novo alisamento capilar feito especialmente para a ocasião e, em seguida, posicionou-se no altar com aquilo que tinha guardado como sua principal surpresa para o evento: um smoking tão branco quanto o vestido da noiva.

Jonas também queria brilhar. E ele não era o único. Durante a pesquisa, a eleição do traje de gala masculino apareceu como espaço de manéjo da hierarquia da festa também para outros noivos. Foi com zombaria que Rafael, em São Paulo, me contou sobre o dia que escolheu seu terno sem a presença da parceira. A noiva teria ficado furiosa quando ele chegou em casa dizendo que seu traje era segredo. Tentou forçar uma confissão, mas só recebeu em resposta brincadeiras e provocações que a teriam feito acreditar que a escolha tinha sido por um modelo de cores extravagantes. “Não vai chamar mais atenção que eu!” ela teria suplicado ao noivo que, ali na entrevista, gracejava com as memórias. “Eu não posso saber como é o vestido, então direitos iguais”, ele concluía.

Suas palavras soavam como as de Eduardo, o cobrador de ônibus de São Mateus que tinha sido encurralado pela noiva Gabriela em pressão pelo pedido de casamento. “Eu não posso saber da roupa dela, então ela não pode ver a minha”, dizia ele depois da noiva falar que ele “nem palpitava” nos assuntos do casamento e me mostrando, entretanto, que havia muitas outras nuances nas relações de gênero implicadas na organização das grandes festas. Cliente da loja onde fiz trabalho de campo, ele não fez economia ao ser o único homem de todo o período da pesquisa a contratar o serviço de “primeiro aluguel” (sob medida e mais caro) e, assim como Rafael e Jonas, guardou em absoluto sigilo da noiva os detalhes de seu terno. Pois ele queria *surrender*.

Operando a partir da mesma lógica de “segredo” na composição dos elementos do evento de modo a aumentar a “surpresa” para seus participantes, tal como as noivas faziam com seus vestidos, os noivos disputavam o poder de decisão sobre seus trajes e, da escolha de suas roupas, abriam brechas de contraposição à “autoridade da noiva” evocando noções de “direito” e “igualdade”. Mas “igualdade”, inusitadamente, era um tipo de reivindicação que eu não esperava ouvir dos noivos. Firmado como um dos conceitos chaves no desenvolvimento histórico de parte fundamental do movimento feminista, inclusive em reação às desigualdades localizadas também na composição doméstica e privada dos relacionamentos amorosos e conjugais (como no casamento), argumentar em favor dos “direitos iguais”, contraditoriamente, aparecia como uma tática masculina de equiparação de gênero no processo de organização das grandes festas³.

À margem do controle narrativo dos ambientes do mercado, fosse andando para fora de feiras e lojas especializadas ou dialogando para além do circuito de profissionais do setor, o engajamento masculino não me pareceu um estado de exceção sutil ou esporádico. Ao contrário, o acompanhamento das trajetórias dos casais tinha evidenciado noivos bastante dispostos não apenas em consumir os produtos e serviços que o mercado oferecia para eles, mas também em disputar seus lugares tanto nas dinâmicas de preparação das festas quanto nos protocolos das cerimônias religiosas. “A festa é da noiva” diriam alguns, mas por trás das intensas disputas travadas pelos noivos, parecia que a organização da festa de casamento dificilmente estaria nas mãos de uma pessoa só.

“Direito” e “escolha”, tal como argumentado por Marilyn Strathern em debate sobre as tecnologias de reprodução assistida (STRATHERN, 1992, 1995), são noções acionadas pela lógica de mercado e fundamentadas no pressuposto de que há sempre um “indivíduo” nas relações de consumo. Sob o impacto do avanço biotecnológico ofertado sob forma de serviços reprodutivos no final do século XX, a autora olha para aquilo que seria “a modificação do mundo natural” (STRATHERN, 1992: 177) tornada produto de consumo e as polêmicas públicas gestadas contra as possibilidades de rearranjos familiares não convencionais. Manejada em laboratórios, a procriação aparecia como mais um produto disponível num cenário mercantil que, por definição, se realiza pelo “direito” de “escolha” entre consumidores.

3 Para essa discussão, ver: GOLDMAN, 1910; KOLLONTAI, 1920; MILLET, 1984; BEAUVOIR, 1970 [1949]; FIRESTONE, 1976 [1970].

Seja na linguagem do mercado de gametas ou de casamentos, o consumidor é sempre aquele que detém direitos e faz escolhas, pois é uno, indivisível e autodeterminado, é um “indivíduo”. É aquele que se apresenta sob o casco de uma “identidade” fixa, coerente e refratária ao outro. E mesmo quando uma escolha de consumo é feita como forma de reconhecimento ou valorização de uma relação, como por exemplo dar um presente ou fazer compras no supermercado pensando também nos outros (MILLER, 1998), o fundamento que baseia a interação do mercado é sempre a de que por trás da venda há um comprador: um ente com uma identidade completa e coerente sobre si. O eu e o outro são sempre domínios separados⁴.

Entretanto, se tratando de produção de famílias, fosse pelo manejo tecnológico na gestação de um filho, fosse pela organização de uma festa para casar os noivos, o limite do “indivíduo” é um problema que está sempre colocado. Por trás do pânico contra o fim da “natureza” da procriação, Strathern (1995) evidenciou a recusa social em submeter a produção de famílias a uma lógica comercial em que o parentesco pudesse ser definido por indivíduos isolados, não por relações. E, no casamento, o audacioso enfrentamento contra a autoridade absoluta da noiva parecia reivindicar o mesmo.

“É meu momento, eu faço o que eu quiser” dizia Maria ao exigir o “casamento-casamento” com “direito” àquela “coisa do vestido, aquela coisa de princesa”. “Acredita?” me perguntava ela, se divertindo com a correlação de temas da minha pesquisa anterior. E eu não apenas acreditava, como podia ali reencontrar na memória meus interlocutores de apenas cinco anos que associavam diretamente princesas a vestidos exuberantes. Mas também uma das meninas, que além de vestidos suntuosos, dizia ainda que “pra ser princesa” uma mulher “precisa de um príncipe” (ESCOURA, 2012: 102).

Nos embates se o casamento teria um “vestidão” ou se seria um “churrascão”, Maria podia acumular vitórias contra o noivo e ter muito mais espaço de decisão. Entretanto, a despeito daquilo que os profissionais do mercado diziam, o casamento não era a festa dela. Do mesmo modo como nas polêmicas sobre reprodução assistida, Strathern (1995) percebeu a necessidade de pais para surgirem mães ou como as crianças apontavam que princesas precisavam de príncipes, para um casamento acontecer noivas dependiam de noivos.

Uma noiva não pode existir sozinha. Como uma categoria relacional, ser “noiva” é intrinsecamente estar em relação a alguém. Helena podia, enquanto “indivíduo”, bradar que o casamento era “seu” e sair escolhendo tudo aquilo que queria ter, por ou tirar da festa. Mas, enquanto “noiva”, ela era parte de uma relação e os noivos também estavam ali para cobrar suas parcelas de protagonismo.

No meio das tensões, os conflitos provocados pelas demandas e estratégias de visibilidade dos noivos surgiam como um contraponto à pressuposição individual das noivas e apontavam para os limites relacionais de um casamento. Sob conflito, às noivas ficava evidente a inescapável condição de estar numa relação, ainda que isso não significasse, contudo, estar em pé de igualdade. Relacionalmente, era na ambivalência entre dependência e poder que noivas e noivos iam se constituindo, e disputando suas festas de casamento. Mas a conversa continua.

4 Em outro texto busco colocar a crítica de Marilyn Strathern ao conceito de “indivíduo” em tensionamento com a teoria da performatividade de gênero de Judith Butler e propor, mais detidamente, alguns alargamentos ao entendimento sobre a constituição de pessoas. Para mais, ver Escoura (2014).

Uma festa – e guerra – de família

Um casamento não começa e nem termina no dia de sua celebração. Do momento em que um casal decide partir para a organização de uma festa até o instante de sua realização, ou ainda semanas depois, a vida parece seguir em novos fluxos. Iniciando-se com um pedido de noivado, na aquisição do primeiro imóvel ou, por exemplo, na descoberta de uma gravidez durante o namoro, o tempo dedicado ao casamento pode se estender por meses e até mesmo anos.

Fazer uma festa como essa depende de esforço e engajamento incomuns, bem como de uma disposição de seus anfitriões em sair das rotinas normais. Para parte considerável dos meus interlocutores, diversos hábitos de consumo cotidiano precisaram ser revistos e cada dinheiro extra que aparecia em suas contas era imediatamente transferido ao projeto de produção das grandes festas.

De modo geral, a concretização do evento de tais proporções resultava de uma nova organização financeira da vida cotidiana e era constantemente traduzida como um “sacrifício”. Planos eram adiados pra “depois do casamento”, poupanças e vendas de bens eram feitas “para a festa” e novas dívidas eram acumuladas até que o sonho do “casamento-casamento” fosse materializado. Além disso, no período de preparação das grandes festas, uma atribulada agenda de compromissos com fornecedores e de realização de pré-eventos (como “chás de panelas” e “despedidas de solteiro”) se encadeavam de modo tão protocolar quanto o próprio casamento e criava muitas expectativas além de uma temporalidade de extraordinariedade.

Assim como Moacir Palmeira pondera sobre os períodos eleitorais traduzidos como “tempo da política” no interior pernambucano, embora a princípio tudo possa ser “temporalizável” nas dinâmicas de interações sociais, só é “temporalizado” aquilo que emerge sob condição de incomum relevância (PALMEIRA, 2002). Em seu campo, o “tempo da política” se figurava como um período sob recorte específico e produtivo, com começo e fim demarcado, caracterizado pela subversão do cotidiano e no qual os conflitos estavam autorizados. Com um alto poder de contaminação de todo um ambiente coletivo, era o período em que o tempo se suspendia intencionalmente de modo a reordenar e recriar as relações e posições sociais.

Sob um recorte temporal exercido pelos próprios interlocutores, o “tempo do casamento” também tinha o poder de colocar pessoas e relações em outros ritmos e relevos. Embora o projeto de uma festa seja sempre iniciado pelo comprometimento de um casal em torno de sua realização, para que o evento de fato acontecesse o engajamento de uma coletividade muito maior precisava ser gestado e gerido. Se num primeiro momento vimos que, ao contrário da narrativa do mercado, o casamento não pode ser reduzido à “festa da noiva” e que uma noiva só se produz relacionamente, as disputas e tensões sobre os mais precisos detalhes da festa revelariam, ademais, que há ainda muitas outras relações em jogo na criação da ocasião.

Como já apontei em outro texto (ESCOURA, 2017), entre os casamentos na zona leste da capital paulista a mobilização de parentes, vizinhos e amigos era algo imprescindível para a produção material da festa. Aluguel do vestido de noiva, contratação de fotógrafos, compra de alimentos para o banquete ou a confecção de arranjos florais de decoração não raro eram itens de composição do casamento oferecidos pelos convidados aos anfitriões – e cobrados pelos anfitriões aos convidados – como presente pela própria ocasião. E além dos presentes que podiam ser contratados, seguindo uma dinâmica de mutirão próxima às estratégias de atuação dos movimentos sociais daqueles bairros (AQUINO, 2015), os convidados dispendiam também tempo e energia de trabalho pessoal na criação dos mais diversos elementos da festa como uma forma de contradádiva direta ao valioso convite para o casamento.

Quando em entrevista, Eduardo se emocionou ao lembrar da preparação da festa orçada em R\$ 20 mil que, em sua família, tinha se tornado motivo de comoção e prova pública de sua redenção moral depois de anos fazendo “muito corre”⁵. Em lágrimas, o noivo falou sobre o dinheiro que seus padrinhos lhe ofereciam como presente, do tio que agora podia lhe ajudar com a festa ao invés de “levar cigarro na cadeia” como um dia teria previsto e, especialmente, do apoio de sua mãe, que, sozinha, cozinhou as refeições para seus 450 convidados. E na dinâmica do trabalho coletivo para a produção das festas em São Mateus, nem eu escapei. No casamento de Jonas, o noivo que também queria “ser visto”, fui especialmente incumbida de produzir o material audiovisual para o “*love story*”⁶, de preparar a decoração da igreja e atuar, ainda, como cerimonialista no dia da celebração. Todo mundo tinha que, de alguma forma, “ajudar”.

Já em outros contextos econômicos com festas de maior orçamento, embora a preparação dos eventos não seguisse uma dinâmica de mutirão tal qual nos casamentos da periferia de São Paulo, as celebrações, mesmo assim, também eram compostas com um expressivo apoio financeiro familiar. No evento de R\$ 80 mil que Helena dizia ser só seu, o aluguel do vestido de noiva foi um presente de sua mãe, quem, além disso, também dividiu os custos de contratação do *buffet* com os pais do noivo. E no caso de Rafael, o noivo que fez mistério de seu terno, a festa de casamento de R\$ 200 mil foi totalmente paga a partir das economias feitas pela sogra, que desde o nascimento da filha cultivava uma poupança robusta e específica para esse momento.

Mas tais ajudas não vinham também sem cobranças e contrapontos. E Rafael mesmo que o diga: na posição de principal patrocinadora do casamento, a mãe da noiva acumulava, em consequência, um lugar privilegiado no processo de decisão sobre os detalhes do evento, e, logo, de antagonismo com o próprio noivo. Da proposta de Rafael por uma festa “intimista” e com no máximo 80 convidados representando apenas as “pessoas mais importantes”, o noivo se frustrou ao ver seu casamento ser transformado pela sogra em um evento grandioso, minuciosamente planejado para competir e se destacar entre os grandes casamentos promovidos pela elite de Belo Horizonte e, por isso mesmo, voltado a quase cinco centenas de convidados. “Ela queria mostrar pro máximo de pessoas possíveis que a filha dela estava casando e que a festa dela era fantástica”, avaliava o noivo.

Sua experiência demonstrava, como um exemplo, o quanto que na dinâmica de construção de um grande casamento, trabalhar ou pagar por ele certamente podia constituir um meio eficaz para que pessoas outras, além do casal, garantissem algum poder de decisão sobre o evento e disputasse, nele, a prestigiosa posição de anfitrião. Mas havia mais.

Mesmo sem dar qualquer tipo de ajuda para a realização do evento, o irmão mais velho de Maria, em Belém, também queria disputar seu lugar como um dos donos da festa. Ele, que não tinha nem dado ajuda financeira e nem se comprometido com qualquer trabalho na preparação do evento, era descrito pela noiva como “um prepotente” desde quando resolveu interferir na lista de convidados do casamento. Maria tinha se preocupado em incluir na seleta lista de participantes do evento pessoas que fossem importantes não só para ela, mas também para sua família. O que incluía dois dos melhores amigos do irmão e suas respectivas namoradas. Entretanto, ao invés de se sentir grato com os convites que ela lhe estendia, o irmão repudiou a ação da noiva. “Virou uma guerra porque ele veio exigindo que eu não convidasse a namorada de um dos amigos”, disse ela. E, para piorar, depois ainda se opôs ao convite que seria entregue para sua própria ex-namorada, que continuava sendo amiga íntima da noiva mesmo após o fim do relacionamento.

5 “Corre” na narrativa de Eduardo aparece em associação aos delitos que ele dizia cometer em um período anterior ao relacionamento com Gabriela. Na tese (ESCOURA, 2019a), analisando mais detidamente as trajetórias de Jonas e Eduardo, problematizo a correlação entre diferentes repertórios normativos de masculinidade que operam no tensionamento entre regimes criminais e religiosos da periferia paulista e destaco a forma pela qual eles balizam as experiências dos interlocutores na produção de seus casamentos.

6 Nome dado à gravação em curta-metragem sobre a história do casal e que é transmitida em telões no dia do casamento.

“Pera lá! Primeiro, o casamento é meu, convido quem eu quiser”, dizia Maria ao comentar o episódio que a deixou meses afastada do irmão e ameaçou o posto dele como seu acompanhante até o altar no início da cerimônia. Em segundo lugar, continuava, faltava ao irmão a delicadeza de reconhecer todo o esforço e o senso de justiça depositado na composição da lista. Em sua seleção, além de oportunizar a ida dos amigos dele à festa, ela tinha se preocupado também em excluir completamente a presença da ex-cunhada, mãe de sua sobrinha e uma pessoa “que só fez mal a nossa família”. Segundo ela, esse era um exemplo explícito de sua sensatez e de respeito ao irmão, embora ele se portasse como se fosse “o dono do mundo”.

Invariavelmente os custos de uma festa de casamento estão intimamente atrelados ao número de pessoas que os anfitriões incluem em suas listas de convidados. Quantidade de comidas, bebidas, lembrancinhas, o tamanho do salão de recepção, bem como seu preenchimento com o aluguel de mobiliário, mesas, cadeiras, louças e o volume de arranjos de decoração são alguns exemplos de produtos que dependem diretamente do número de participantes do evento. A isso soma-se também, claro, os custos de impressão dos próprios sofisticados convites. A cada novo nome na lista, um “custo cabeça” é acrescido ao valor total do evento.

Na pressão por manter o orçamento da festa sob controle, administrar a lista de convidados é a tarefa constantemente descrita como a mais estressante. Noivas e noivos se frustram quando não conseguem convidar todos que gostariam e também ficam ansiosos para as confirmações de presença. Nesse contexto de cálculos delicados e precisos, qualquer tentativa de alguém se convidar ou incluir um acompanhante imprevisto para o evento são ações julgadas como um grave desrespeito. No centro da “guerra” travada entre aqueles que se reivindicavam ser os donos da festa, a lista de presença era aquilo que um dos noivos se referia como as “três palavras [que] resumem esse inferno de casamento”. Mas a seleção de convidados é um dos momentos mais delicados e tensos na preparação de uma festa não só por suas justificativas econômicas. Seu ponto nevrálgico estava em outro lugar.

Alice, outra noiva de São Paulo, lembrou-se da briga em sua casa quando a mãe, sem seu consentimento, convidou uma antiga vizinha de bairro mais as pessoas que moravam com ela, adicionando quatro nomes para a lista que já havia sido fechada. A noiva, que pagava com o noivo a maior parte dos custos da festa orçada em R\$ 25 mil para 250 pessoas, esperava que sua mãe não tivesse do que reclamar depois dela ter excluído os colegas da lista de convidados para dar lugar a todos os familiares. Mas nem convidar aqueles parentes mais ausentes ou distantes do convívio cotidiano bastou para a noiva receber um apoio completo. Sua mãe julgava que priorizar os familiares em detrimento dos amigos na composição da lista era o mínimo a ser feito pela filha. E mesmo sabendo que a lista já estava definida, tratou de incluir nomes à revelia da noiva e exigiu que todos os convites fossem pessoalmente entregues pelo casal: “nossa, foi bom, eu nunca falei tanto com minha família”, dizia a noiva em um riso que misturava ironia com nervosismo.

Já Luiza, que casou-se em Belém numa festa de R\$ 150 mil completamente paga pelo pai, teve que aceitar os mais de 400 convidados por ele exigidos de modo a assegurar os bons relacionamentos comerciais e de negócio da família. Sem espaço de convencimento sobre os limites da lista de participantes do evento, à noiva sobrou apenas a lista de padrinhos e madrinhas como espaço de decisão do casal sem a interferência paterna. E selecionando os convidados considerados “mais importantes” da ocasião, Luiza ficou orgulhosa em se contar que se tornou a primeira pessoa da família a envolver a tia divorciada (e até então preterida nos casamentos anteriores) como uma de suas madrinhas. Além disso, a noiva contou que resolveu se casar com mais pares de padrinhos e madrinhas do que até então queria para poder contemplar os tios tanto paternos quanto maternos, assim como poder reconciliar-se com uma de suas primas, aborrecida por não ter sido madrinha antes, no casamento do irmão da noiva. Ali, cada convite fora calculado visando a “harmonia da casa”, tal como ela mesma concluía.

“Afirmar que se tem uma relação com alguém implica em fazer uma distinção entre todos aqueles com quem possivelmente há uma ligação e aqueles a quem se opta por reconhecer” diria Marilyn Strathern (2014b [1994]: 280). Herdeira da tradição antropológica britânica que elegeu o parentesco como porta de acesso ao estudo sobre a “sociedade”, a autora foi uma das mais importantes referências na reformulação do tema desde a crise disseminada na teoria de parentesco em meados da década de 1980.

Do contexto onde seu trabalho emerge, o recuo teórico no campo do parentesco tinha sido uma das consequências diretas das denúncias de etnocentrismo formuladas por David Schneider (1984) aos textos clássicos sobre as configurações de descendência e aliança. Entretanto, era resultado também de uma mudança no cenário analítico antropológico, em que as abordagens estruturais perdiam espaço para debates mais centrados em análises sobre práticas e discursos e, ainda, sofriam impacto direto das discussões do campo feminista. Em especial, os debates em elaboração ao conceito de “gênero” que buscavam retirar do domínio da natureza as explicações sobre as assimetrias baseadas nas diferenças sexuais. No investimento que já tinha se despontado no texto fundamental de Gayle Rubin (1975) em conversa com Freud e Lévi-Strauss, e em associação às pesquisas que olhavam para composições familiares homossexuais e novas tecnologias reprodutivas, na crítica feminista o parentesco foi desnaturalizado ao mesmo passo que gênero, sexualidade e reprodução foram colocados para fora do domínio natural (COLLIER & YANAGISAKO, 1987; PISCITELLI, 1998).

Imersa nesse processo de “transpolinização de ideias entre os campos de gênero e parentesco” (FONSECA, 2003: 17), fosse tomando como ponto de partida o impacto das tecnologias reprodutivas inglesas ou análises etnográficas na Melanésia, o empreendimento teórico de Marilyn Strathern ocupou-se em grande medida de desestabilizar as principais dicotomias operadas pela disciplina antropológica: os pares de oposição natureza *versus* cultura e indivíduo *versus* sociedade⁷. À margem de seus antecessores que fincavam nas relações de consanguinidade e descendência a imagem primária do ponto de contato entre natureza e cultura, ou das teorias francesas que identificavam nas alianças pelas trocas de mulheres a consolidação da sociedade, ao espírito das rupturas dos anos de 1980 no campo antropológico a autora voltou-se ao parentesco para pensá-lo sem buscar a estabilidade. Em descompromisso com a noção de “sociedade”, ela retomou a pauta do parentesco de modo a constituir um experimento analítico no qual as relações, e não mais as oposições, se tornam chave central.

Afastando o argumento do parentesco como reflexo da biologia ou como fundador da “sociedade”, anos depois Strathern viu Janet Carsten de aluna se transformar em aliada na aposta teórica na dimensão prática das relações (CARSTEN, 2014b [2013]). Em diálogo ainda mais estreito com as discussões feministas que compeliram o parentesco a olhar as relações domésticas (PINA-CABRAL, 2013), a autora firmou o conceito de *relatedness* [ou “relacionalidade” na proposta de tradução operada por alguns autores brasileiros] para compreender como as pessoas criam similitudes e diferenciações num processo contínuo de conexões que pressupõe também desconexões. Mudando a análise do parentesco que se “é” para o que se “faz”, as autoras ampliaram a discussão para os modos pelos quais as pessoas criam suas ligações e como escolhem quais relações serão espessadas ou diluídas (CARSTEN, 2000).

Parentesco é prática, seleção e “é também onde [as pessoas] vivem suas vidas, é onde elas pensam sobre futuro, o passado, onde elas especulam sobre o que poderia ser se tudo fosse maravilhoso, mas também o que é terrível em suas vidas” (CARSTEN, 2014a [2013]). É a criação de um domínio “poroso” como diria Claudia Fonseca (2007: 30), e também moral, onde pessoas são adicionadas ou subtraídas e cujas relações podem ser reavaliadas, investidas ou rompidas.

7 Para mais, ver Strathern (1992; 2006 [1988]; 2014a [1990]; 2014b [1994]; 2016).

E no “tempo do casamento”, que tenho pensado em correspondência ao conceito de Palmeira (2002), tal como no “tempo da política” anfitriões criam um instante extraordinário de manejo das relações ordinárias e no qual os conflitos não são só autorizados como também intensificados, um momento quando as relações íntimas e domésticas são inescapavelmente reavaliadas e reposicionadas.

Uma festa de casamento é um investimento no presente para a constituição de um futuro compartilhado, e inclusive não só entre o casal. Definitivamente, para um casamento acontecer, era preciso escolher com quem casar: primeiro elegendo seu par conjugal e, depois, distinguindo quem estaria presente ou não na celebração. E fechar uma lista de convidados era decidir sobre quais relações seriam reconhecidas, valorizadas e publicizadas e, simultaneamente, quais seriam rompidas, afrouxadas ou arriscadas. Não à toa tanta tensão em torno de tal decisão.

Atravessando casamentos de diferentes orçamentos, regiões e estilos, o processo de decisão sobre os participantes da festa era invariavelmente um momento de aflição e confronto entre os anfitriões, nos quais os critérios usados na escolha dos convidados nunca eram um consenso. Mesmo assim uma festa só era realizada após algum recorte de seletividade. Nele não cabe a “favela inteira”, como bradava Gabriela contra o plano do noivo de casar-se numa festa no meio da rua. E nem cabe quem “só fez mal a nossa família”, como dizia Maria contra a ex-cunhada que, a despeito do vínculo passado e presente como “mãe da sobrinha”, era excluída da lista de convidados numa demarcação pública de sua exclusão dos relacionamentos ativos da própria família.

Mas se por um lado as práticas conflitivas durante o tempo do casamento permitiam publicizar quais processos relacionais de parentesco seriam descontinuados, elas abriam a possibilidade também de produzir novas conexões ou remanejar outras. Organizar tais celebrações era uma forma de “trabalho investido na produção de novas formas de conexão” (FONSECA, 2007: 21). Era o momento de tornar público os rompimentos, mas também de se reaproximar dos parentes que não se viam há anos, de prestigiar a tia divorciada dando novo impulso à relação ou até mesmo de reconciliar-se com a prima magoada por não ter sido madrinha anteriormente.

Fazer uma festa de casamento era colocar em prática os limites de uma família que era, novamente em analogia às formas de produção de parentesco via tecnologias reprodutivas (CARSTEN, 2014a [2013]), escolhida. Era a produção das fronteiras de quem estaria dentro ou fora do futuro compartilhado. E também qual a posição cada um poderia ocupar.

Sob batalha, a lista de convidados de longe é o território mais disputado no processo de organização de um casamento e de definição de seus anfitriões. Sob esse recorte temporal extraordinário e potente no qual é possível ver as relações ora sendo espessadas ora diluídas, fechar uma lista de convidados é decidir quem estará fora do destino escolhido para ser vivido, quem estará dentro e como se irá compartilhar o porvir. E ninguém quer ficar de fora dessas decisões.

Brigando, se frustrando e travando “guerras”, anfitriões disputam o controle sobre a lista de convidados porque, no limite, estão disputando suas posições relacionais e o controle sobre a definição da própria família. Fazer uma festa de casamento é colocar em curso um parentesco feito na prática, uma família que é escolhida para ser família. É a produção das fronteiras sobre quem se reconhece estar entre os seus. E sob essa tensão, definitivamente o casamento não podia ser reduzido à máxima da “festa da noiva”, tampouco dos noivos. O casamento é uma festa de família e que produz a própria família.

Considerações finais

Propagandeada e vendida pelo mercado como a “festa da noiva”, o casamento exerce certo fascínio entre as mulheres que o elegem como “sonho” particular e encontram nele uma oportunidade pretensamente excepcional de brilhar e mandar. Mas, a despeito das narrativas em circulação nos territórios do mercado especializado e das pretensões de algumas interlocutoras, neste texto busquei evidenciar as disputas pelas quais a centralidade em um casamento é disputada também por outros personagens que evidenciam a ocasião como espaço-tempo inevitavelmente relacional.

Engajando-se ativamente no trabalho de produção da festa, noivos reivindicam pelo “direito” e “merecimento” de um maior protagonismo que, a princípio, se combina com o poder de decisão sobre os detalhes do evento. Aqui, a imagem do noivo abnegado, rebaixado e humilhado presente nas narrativas dos produtos e profissionais do setor foi desestabilizada.

Mas nem só de noiva e noivo se fazem anfitriões de um casamento. No jogo de composição do grupo de donos da festa, mães, pais, irmãos, sogras, sogros e cunhadas entram numa temporalidade específica de guerra declarada pela definição do formato do evento e de tensionamento sobre a composição e limites de suas próprias relações. No tempo do casamento, onde cada passo da organização da festa em pouco corresponde à suposta harmonia e coesão vista nas pistas de danças da celebração, o conflito é autorizado e intensificado numa negociação de posições em que a hierarquia da família é constantemente confrontada à hierarquia do evento, ou o contrário.

Casar, definitivamente, é produzir parentesco e não apenas entre os noivos. Apenas seu prenúncio já era o que transformava Helena na figura relacional de noiva e conformava a expectativa de constituição da relação como esposa, ainda que ela dissesse que o casamento era só dela. Uma noiva nunca é um indivíduo isolado e autodeterminante. Mas sim a posição de uma pessoa, feita pela intersecção entre gênero e parentesco, e, portanto, dentro de uma relação. Helena é noiva pois está em relação, e era da conexão com o seu noivo tanto quanto com sua nova sogra, sogro ou cunhada que se produzia na prática sua nova posição de parentesco. E, nesse cenário, “virar família” não era algo produzido apenas por atos de aliança, mas, antagonicamente, também por conflito.

De sua pesquisa no sertão pernambucano, Ana Claudia Marques toma por objetivo “descrever e compreender o funcionamento de conflitos” (MARQUES, 2002: 32) e aponta para os modos pelos quais brigas de famílias rearranjam as fronteiras de seu próprio grupo. Ao invés de uma contradição à criação dos vínculos profundos e duradouros tais como aqueles creditados ao parentesco, o conflito daria uma inteligibilidade específica às relações e, dentro do que chama de “território da intriga”, ela sugere que “o caráter imanente, pragmático e inconstante das relações de aliança, de vingança, da política, que não apenas são produtos, mas que também produzem famílias” (MARQUES, 2011: 670).

Assim como em seu caso, entre os anfitriões em disputa pelos projetos de festas de casamento, nem sempre os limites da família eram claros ou constantes. Mas dentro de uma temporalidade da tensão (que eu diria em paráfrase à sua ideia de “território da intriga”) as guerras explícitas e veladas que suspendiam as relações numa dimensão de extraordinariedade colocava também os laços familiares sob rearranjo e redistribuição de posições. Virar parente não era uma tarefa fácil. Entre os donos da festa, sogros e sogras, genros e noras ou cunhados e cunhadas eram outras dimensões de pessoas – e, portanto, relações (STRATHERN, 2014b [1994]) – que se inauguravam dali, sob afetos e conflitos.

Se por um lado, disputando o comando da festa e a definição de seus detalhes, Rafael e sua sogra inauguraram um ciclo particular e intenso de brigas, dissensos e embates, por outro lado, o compartilhamento de tempo e responsabilidades entre os dois havia também concretizado uma nova dinâmica para a relação.

“Eu já era muito bem tratado na família dela, mas não era da família ainda. A partir do momento que a gente ia casar, aí eu virei da família”, o noivo concluía depois de lembrar de tantas tensões. E, em seu caso, virar “da família” era assumir uma posição nova num processo relacional ambivalente de aproximação e diferenciação, em que ao mesmo tempo “aturar surtos” da mãe da noiva correspondia transformá-la em sua sogra. Entrar na família era também entrar nas brigas, ou entrar nas brigas era entrar para a família.

Fazer uma festa de casamento é estabelecer um recorte temporal extraordinário e potente no qual é possível ver as relações ora sendo espessadas ou ora diluídas, num investimento no presente para a constituição de um futuro compartilhado. No cerne da guerra que dá o tom das produções dessas grandes festas de família, havia aquilo que um dos noivos se referia como as “três palavras [que] resumem esse inferno de casamento”: a lista de convidados.

Nenhum grupo anfitrião escapava da difícil tarefa de definir entre si os critérios de quem serão os participantes de um casamento. Sob batalha, a lista de convidados de longe é o território mais disputado. Sob sua seleção, é decidido com quem se irá compartilhar o porvir, como também arbitrar quem estará fora do destino escolhido para ser vivido. É decidir quais relações serão reconhecidas, valorizadas e publicizadas e, simultaneamente, quais serão afrouxadas ou desconectadas. É colocar em prática os limites de uma família escolhida para ser família. Ter poder sobre essa seleção é de fato firmar-se como um dos anfitriões, garantir poder de atuação sobre a composição da festa e decidir os limites da própria família.

Independentemente se estava em jogo aumentar a economia financeira diminuindo o número de convidados ou aumentar o número de convidados para ceder às expectativas da geração de pais e mães pagantes, os critérios de seleção dos participantes do evento constituem-se como campo de atuação prática sobre as relações. Da lista se pede perdão, mostra-se reverência e, também distinção. Aponta-se para quem é “um dos seus” e, ao mesmo tempo, que na família não cabe nem a “ex-cunhada” que só fez mal à família e nem “a favela inteira”.

Nesse ensaio, procurei seguir os apontamentos levantados por Marques, Comerford & Chaves (2007) afastando-me de concepções que tomam o “conflito” como sinônimo de “desvio” e ou “desequilíbrio” capaz de oferecer uma visão sobre a ordem. O aparente conforto provocado por totalizações conceituais caras aos estudos sobre coesão social, aqui, entretanto, foi substituído pela aposta na complexidade relacional de uma análise menos preocupada com a estabilidade, num movimento teórico que busca, em contrapartida, dar mais ênfase ao caráter iminentemente dinâmico, contingencial e antagônico das relações.

À revelia da tendência em associar as relações de parentesco a enfoques analíticos sobre suas dimensões de solidariedade, nesta pesquisa busquei deliberadamente perseguir as situações de tensão durante a preparação dos casamentos. Tal investimento foi inspirado pelas contribuições tanto do campo de gênero como da antropologia da política, especialmente em diferentes trabalhos que se dedicaram à correlação entre família e conflito. Embora as situações aqui analisadas estejam muito longe de parecer as “mortes em família” (CORRÊA, 1983) dos casos de violência conjugal ou dos assassinatos que rondam as sertanejas “vinganças de família” (MARQUES, 2002), busquei apostar no aspecto produtivo do conflito para evidenciar o manejo das relações.

Em suas formas sutis de engajamento via reclamações, intrigas, ironias, piadas e provocações, a discórdia se tornou principal via de acesso ao meu objeto de estudo. Um procedimento analítico que encontra aproximações também com o trabalho de Claudia Fonseca (2000), quando a autora se debruçou sobre as interações de vizinhos em diferentes bairros de Porto Alegre e percebeu a fofoca como uma poderosa arma (prioritariamente) feminina de tensionamento das relações.

Sob a estratégia de manipulação ativa das reputações, o tom de humor das piadas e intrigas cumpria o papel contraditório de ameaçar as honras individuais e ao mesmo tempo produzir, integrar e delimitar o grupo de vizinhança: na falta de sentido em se fazer fofoca sobre pessoas desconhecidas, quem virava assunto nas rodas de conversa recebia também seu atestado de pertencimento àquele grupo de interação social.

Da junção de tais considerações aos dados de campo, assumi o lugar inesperado de olhar para aquilo que parecia a antítese do espírito de uma festa e no período de produção dos eventos feitos para se tornarem momentos de comunhão e felicidade, me atentando às situações mediadas pelas tensões e disputas que rearranjam as políticas domésticas. Acompanhando o recorte de tempo que as pessoas destinam à organização de seus casamentos, os conflitos aparecem como elemento em proeminência e implicam necessariamente situações de alteridade *per se* – episódios em que se imbricam o olhar do outro sobre si e aquilo que se quer evidenciar para o outro. Publicamente experimentado, pelo conflito se convoca o outro e se estabelece diferença. Por ele, as relações se constituem, se afrouxam e se atualizam.

No “tempo do casamento”, como tenho definido, pessoas e coletividades são criadas ao mesmo tempo em que suas reputações são forjadas e postas em negociação. Um casamento não é uma festa qualquer, seus anfitriões não são quaisquer pessoas e nem é convidado qualquer um. Uma festa como essa só acontece depois de intenso engajamento de pessoas e relações, mas que também reavalia, reposiciona e tensiona elas próprias. Casar significa se aliar. Mas ainda, e sobretudo, também se diferenciar. E no conflitivo processo de organização dessas grandes festas, vinculações surgem como produto não apenas de reciprocidades e solidariedades, mas também, antagonicamente, de ambivalências em que não se excluem hierarquias e posições de poder.

Referências Bibliográficas

AQUINO, Carlos Roberto Filadelfo de. *A luta está no sangue: família, política e movimentos de moradia em São Paulo*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo (vol.1). Fatos e Mitos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970 [1949].

CARSTEN, Janet. *Cultures of relatedness. New approaches to the study of kinship*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

_____. “A matéria do parentesco”. In: *R@U : Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCAR*, 6 (2), jul./dez. 2014: 103-118.

_____. “An Interview with Marilyn Strathern: Kinship and Career”. In: *Theory, Culture & Society*, v. 31, n.2/3, pp. 263–281, 2014b.

COLLIER, Jane; YANAGISAKO, Sylvia. *Gender and kinship. Essays toward a unified analysis*. Stanford: Stanford University Press, 1987.

CORRÊA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas e papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

ESCOURA, Michele. *Fazer festa é uma guerra. Relações entre vestidos, noivas, anfitriões e convidados na organização de casamentos*. TESE (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, 2019a.

- _____. "Vestida de noiva. Diferenciação e prestígio em disputa no mercado de festas de casamento". In: *Cadernos Pagu*, v.55, 2019b.
- _____. "Formal attire from one side of the 'bridge' to the other: the wedding market and class and gender relations inscribed in the territory of the city". In: *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, v.14, n.3, pp. 1-19, 2017.
- _____. "Pessoas, indivíduos e ciborgues: conexões e alargamentos teórico-metodológicos no diálogo entre antropologia e feminismo". In: *Temáticas*, v. 22, n. 44, pp. 113-140, 2014.
- _____. *Girando entre princesas: performances e contornos de gênero em uma etnografia com crianças*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- FIRESTONE, Shulamith. *A dialética do sexo: um estudo da revolução feminista*. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976 [1970].
- FONSECA, Claudia. "Apresentação Dossiê - De família, reprodução e parentesco: algumas considerações". In: *Cadernos Pagu*, n. 29, pp. 9-35, 2007.
- _____. "De afinidades a coalizões: uma reflexão sobre a 'transpolinização' entre gênero e parentesco em décadas recentes da antropologia". In: *Ilha*, v.5, n.2, pp. 05-31, 2003.
- _____. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2000.
- GOLDMAN, Emma. *Anarchism and other essays*. New York: Mother Earth Publishing Association, 1910.
- KOLLONTAI, Alexandra. "Communism and the Family". In *Komunistka*, n. 2, 1920.
- MARINS, Cristina Teixeira. *Quando o céu é o limite: um olhar antropológico sobre o universo dos casamentos e dos cerimonialistas*. Niterói: Eduff, 2016.
- _____. *Entre palcos e flashes: reflexão etnográfica sobre trajetórias, construção de reputação e circuitos de consagração de fotógrafos de casamento*. Tese (Doutorado em Antropologia) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.
- MARQUES, Ana Claudia. *Intrigas e questões: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- _____. "Cartografias da ordem e da violência. Entre a guerra ameríndia e as 'brigas de família' sertanejas". In: *Revista de Antropologia*, v.54, n.2, pp. 647-675, 2011.
- MARQUES, Ana Claudia; COMERFORD, John; CHAVES, Christine de Alencar. "Traições, intrigas, fofocas, vinganças: notas para uma abordagem etnográfica do conflito". In: MARQUES, A. C. (Org.). *Conflito, política e relações pessoais*. Campinas: Pontes Editores, 2007.

MILLER, Daniel. *A theory of shopping*. Cambridge: Polity Press, 1998.

MILLET, Kate. "El amor há sido el opio de lãs mujeres". In: Entrevista à Lidia Falcon, *El Pais*, 21 maio de 1984.

PALMEIRA, Moacir. "Política e tempo: nota exploratória". In: PEIRANO, Mariza (Org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

PINA-CABRAL, João. "De parentes, vizinhos e amigos". In: *Revista Temáticas*, n.42, vol.2, 2013.

PINHO, Érika Bezerra de Menezes. "*Um sonho não tem preço*": uma etnografia do mercado de casamentos no Brasil. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

PISCITELLI, Adriana. "Nas fronteiras do natural: gênero e parentesco". In: *Revista Estudos Feministas*, v. 6, n.2, pp. 305-323, 1998.

RUBIN, Gayle. "The traffic in women: notes toward a political economy of sex". In: REITER, Rayna (Org.). *Toward an anthropology of women*. New York: Monthly Press, 1975.

SCHNEIDER, David. *A critique of the study of kinship*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1984.

STRATHERN, Marilyn. *After Nature: English kinship in the late twentieth century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

_____. "Necessidade de pais, necessidade de mães". In: *Revista de Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, pp. 303-329, 1995.

_____. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006 [1988].

_____. "O conceito de sociedade está teoricamente obsoleto?" In: *O efeito etnográfico e outros ensaios: Marilyn Strathern*. São Paulo: Cosac Naify, 2014a [1990].

_____. "A relação: acerca da complexidade e da escala". In: *O efeito etnográfico e outros ensaios: Marilyn Strathern*. São Paulo: Cosac Naify, 2014b [1994].

_____. "Revolvendo as raízes da antropologia: algumas reflexões sobre 'relações'". In: *Revista de Antropologia*, v.59, n. 1, pp. 224-257, 2016.